



Plenário vota hoje 1ª proposta da pauta de segurança pública

Waldemir Barreto/Agência Senado



O presidente do Senado, Eunício Oliveira, é autor de projeto sobre segurança pública que será votado hoje pelo Plenário

Projeto que torna obrigatório bloqueador de sinal de celular em prisão ganhou regime de urgência e poderá ser enviado ainda hoje para a Câmara dos Deputados

Projetos relacionados à segurança pública ganharam prioridade no Plenário. Está na pauta de hoje uma proposta de Eunício Oliveira que obriga os presídios a terem bloqueador de sinal de celular, para impedir que os criminosos se comuniquem com o mundo exterior. Segundo Eunício, o projeto, sendo aprovado, irá logo em se-

guida para a Câmara. Outra proposta cuja tramitação foi acelerada é a que proíbe o contingenciamento das verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública, que são destinadas a ações dos estados e municípios. O texto teve ontem sua primeira sessão de discussão no Plenário e deverá ser votado em primeiro turno após o Carnaval, no dia 20. **3**

Reforma do Código Comercial será tema de debate **2**

Proposta isenta medicamentos de imposto federal **6**

Comissão pode votar hoje projeto de jogos de azar **4**

Governo testa documento único de identidade **2**

Cobrança de bagagem aérea é questionada **4**

MP que amplia microcrédito é aprovada em comissão mista

Foi aprovado ontem em comissão mista o relatório da medida provisória que amplia o programa de microcrédito. A MP 802 segue agora para análise da Câmara dos Deputados

e, depois, do Senado. A MP aumentou de R\$ 120 mil para R\$ 200 mil o limite de renda ou receita bruta anual para enquadramento de pessoas físicas e jurídicas. **5**

Jefferson Rudy/Agência Senado



O deputado Otávio Leite é o relator e o senador Fernando Bezerra, o presidente



Geraldo Magela/Agência Senado

Os senadores Paulo Paim (C) e Regina Sousa conduzem audiência pública sobre o relatório final da CPI da Previdência

Reforma da Previdência gera debate no Senado

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que o Senado não pode ser cobrado pelo fato de a reforma da Previdência não ter sido votada até agora, já que o pro-

projeto ainda está na Câmara dos Deputados. De acordo com ele, os senadores não vão votar a proposta de forma açodada e não deixarão de discuti-la e emendá-la. Em audiência na

Comissão de Direitos Humanos sobre o relatório da CPI da Previdência, os debatedores disseram que as mudanças propostas pelo governo são inconstitucionais. **8**

Senadores aprovam indicação do governo para Cade

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação da advogada Paula Farani de Azevedo Silveira para integrar o Conselho Administrativo de

Defesa Econômica (Cade). No mesmo dia, mais cedo, ela havia sido sabatinada e aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Na

sabatina, ela disse que o Cade e o Banco Central precisam trabalhar juntos para coibir e reprimir ações de bancos contra a ordem econômica. **5**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



A advogada Paula Silveira, indicada para o Cade, fala em sabatina, ao lado de Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho

Eunício diz que Casa priorizou em 2017 qualidade, não quantidade

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, apresentou ontem o *Relatório da Presidência 2017*. O documento destaca que o Senado aprovou projetos importantes, como as reformas política e trabalhista, e que o Congresso encerrou o ano sem nenhum veto presidencial pendente de votação. **2**

Prioridade para saúde e educação no Orçamento vai a Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que garante prioridade aos gastos com saúde e educação na execução orçamentária de União, estados e municípios. Apresentado pela senadora Rose de Freitas, o projeto passará por votação final em Plenário em regime de urgência. **5**

Eunício apresenta relatório de ações do Parlamento

Documento mostra que, em 2017, Senado organizou 350 audiências públicas e aprovou reformas política e trabalhista. Congresso, por sua vez, terminou ano sem nenhum veto presidencial pendente

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, apresentou ontem o *Relatório da Presidência*, contendo informações sobre todas as atividades da Casa e do Congresso Nacional em 2017.

“Chegamos ao final do difícil ano de 2017 com as prerrogativas constitucionais do Senado Federal respeitadas e asseguradas, o que foi feito não para garantir privilégios para seus membros, e sim para garantir a autonomia e a capacidade desta Casa em tomar as decisões mais adequadas ao interesse público”, escreveu o presidente na apresentação do relatório.

Eunício destacou que, no ano passado, foram privilegiados os trabalhos das comissões do Senado. Os colegiados permanentes e os temporários realizaram 300 audiências públicas e emitiram 950 pareceres.

Para além dos números de reuniões ou de propostas aprovadas, o presidente da Casa demonstrou preocupação maior com a qualidade da produção legislativa.

“Não me preocupam os números de produção legislativa, e sim a qualidade do que fazemos aqui. Por isso, a despeito de ter sido o ano em que mais aprovamos matérias na década, quero destacar algumas dentre as mais relevantes por seu mérito”, disse ele, citando as reformas



Eunício fala sobre relatório de atividades do Senado e do Congresso

política e trabalhista, que foram amplamente discutidas nas comissões e em sessões temáticas.

O senador mencionou ainda a aprovação da medida provisória que permitiu a continuidade dos saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sem a carência de três anos exigida pela legislação anterior.

Prazo constitucional

Em seu primeiro ano na Presidência do Congresso Nacional, Eunício destacou a prioridade que foi dada à votação de propostas do interesse da maioria da população.

Como exemplo, citou os projetos orçamentários, que totalizaram mais de R\$ 9,2 bilhões em créditos.

No Congresso, houve no ano passado 11 sessões para a

votação de vetos presidenciais e projetos orçamentários e 14 sessões solenes, sendo três delas para a promulgação de emendas constitucionais.

O Congresso analisou 46 vetos, totalizando 948 dispositivos vetados. Desses, 928 foram mantidos e 20, rejeitados. O ano de 2017 foi encerrado sem veto pendente de apreciação pelo Congresso.

Uma importante marca foi a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) dentro do prazo determinado pela Constituição. Foi a segunda vez nos últimos 15 anos que a LDO foi votada até 17 de julho.

O *Relatório da Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional* é publicado desde 1830, no Império.

Veja o relatório na íntegra: <http://bit.ly/relegislativo2017>

Governo lança Documento Nacional de Identidade

A versão piloto do Documento Nacional de Identidade (DNI) foi lançada na segunda-feira no Palácio do Planalto.

O DNI será um documento digital gerado por um aplicativo gratuito disponível para smartphones e usará as bases de dados biométricos da Justiça Eleitoral. No futuro, poderá agregar outras informações, como o CPF e dados do INSS.

A expectativa é que o docu-

mento esteja disponível para os cidadãos em geral em julho.

O projeto será testado com os servidores do TSE e do Ministério do Planejamento, que poderão fazer o download do aplicativo e validar o documento em postos nos dois órgãos.

O DNI foi criado pela Lei 13.444, sancionada em maio. O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), relator da proposta no Senado, lembra que

até hoje o Brasil só conta com bancos de dados estaduais, o que possibilita que um cidadão tenha até 27 documentos de identidade, um em cada estado.

— A criação desse registro é positiva para coibir falsidades e permitir um acesso mais rápido e direto do cidadão aos benefícios a que faz jus. Certamente vai facilitar as relações entre o poder público e cada cidadão — afirmou Anastasia.

Kassab e TRE-SP pedem ampliação da Justiça Eleitoral

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem o ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, e o presidente do Tribunal Regional de São Paulo (TRE-SP), desembargador Carlos Eduardo Padin.

Eles defenderam a ampliação da estrutura da Justiça Eleitoral de São Paulo, con-

forme prevê o PLC 93/2017.

O projeto, que cria cargos efetivos no quadro de pessoal do TRE-SP, está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e tem relatório favorável de Otto Alencar (PSD-BA). Eunício disse que conversaria com os líderes sobre a votação do projeto.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Ministro Kassab pediu votação de projeto que cria cargos no TRE-SP

Comissão discutirá reforma do Código Comercial com juristas

A comissão temporária para reforma do Código Comercial promoverá no dia 21 de fevereiro audiência pública para debater o Projeto de Lei do Senado (PLS) 487/2013, que modifica a norma. O debate contará com a participação dos juristas Fábio Ulhoa Coelho, João Otávio de Noronha e Alfredo de Assis Gonçalves Neto, que participaram da elaboração do anteprojeto de lei.

Até 20 de junho, quando deverá ser apresentado e votado o relatório da matéria, a comissão promoverá debates com entidades e lideranças dos meios empresariais, comerciais e jurídicos. A comissão também fará visitas a federações comerciais em São Paulo, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, conforme prevê o plano de trabalho do colegiado, proposto pelo senador Pedro Chaves (PSC-MS) e aprovado ontem.

O trabalho da comissão terá cinco eixos principais: ampliação da segurança

jurídica, modernização, fortalecimento das normas tradicionalmente praticadas e de autorregulação, simplificação e desburocratização da vida empresarial e melhoria do ambiente de negócios no Brasil.

A aprovação do plano de trabalho foi elogiada por Dário Berger (PMDB-SC). Ele afirmou que a burocracia é um dos maiores problemas a serem enfrentados no dia a dia das organizações.

— A iniciativa de reformulação do Código Comercial é oportuna, necessária e urgente para que possamos escrever uma nova versão, menos burocrática, facilitar a vida das organizações para geração de mais empregos. Temos muito a avançar para escrever um novo código comercial — afirmou.

O anteprojeto apresentado pela comissão de juristas criada para discutir o tema foi transformado no PLS 487/2013, assinado por Renan Calheiros (PMDB-AL), então presidente do Senado.



Fernando Bezerra Coelho, presidente da comissão, e Pedro Chaves, relator

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Cuidador

9h Entre 15 itens, está o PLC 11/2016, que regula a profissão de cuidador de idoso.

CDR Estâncias turísticas

9h Pauta de 6 itens inclui o PLC 147/2015, sobre classificação de estâncias.

CCJ Jogos de azar

10h O PLS 186/2014, que regula jogos de azar no país, é um dos 32 itens da pauta.

CDH Brinquedos adaptados

11h Entre 16 itens, está o PLS 382/2011, sobre brinquedos adaptados.

CSF Requerimento

11h30 Requerimento de audiências.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h O PLS 32/2018 — Complementar, sobre a instalação de bloqueadores de celulares em presídios, abre a pauta.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Votação de projetos de segurança será acelerada

Ganharam urgência a proposta que torna obrigatória instalação de bloqueador de celular em prisão e a que veta retenção de verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública

ONTEM, PRIMEIRO DIA de votações de 2018, o Plenário já começou a colocar em prática a agenda de segurança pública, uma das prioridades do Senado no ano. Os senadores decidiram acelerar a tramitação de dois projetos do setor.

Um deles é o PLS 32/2018 — Complementar, recém-apresentado por Eunício, que torna obrigatória a instalação nos presídios do país de aparelhos que bloqueiam o sinal de celular. O projeto caminhará em regime de urgência. A intenção é combater a ação do crime organizado nas penitenciárias, evitando que os detentos se comuniquem com o exterior.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que o projeto entrará na pauta do Plenário de hoje, quando deve ser aprovado e logo em seguida remetido para a Câmara dos Deputados. Ele defendeu a iniciativa como um reforço à prevenção do crime.

— Nós não temos mais como presenciar, inertes, os bandidos comandando de dentro dos presídios ações fora dos presídios — disse.

Eunício disse que seria ideal que o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) pudesse destinar recursos para a compra dos bloqueadores e outros equipamentos de auxílio da segurança pública. Atualmente, o Funpen só pode ser usado na construção de presídios. Segundo o presidente do Senado, isso faz com que grande parte dos recursos fique paralisada.

Calendário especial

Outra proposta que tomará um caminho mais curto no Senado é a PEC 118/2011, que proíbe o contingenciamento de verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). A PEC teve ontem a sua primeira sessão de discussão no Plenário e ganhará um calendário especial, com menos etapas antes da votação final.

Aprovada na Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em novembro, a proposta será votada em primeiro turno no dia 20, logo depois da semana do Carnaval.

A relatora da PEC, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), afirmou que a medida é necessária, pois os estados dependem do FNSP para equipar as polícias e prestar os serviços de segurança pública.

— O Fundo Nacional de Segurança Pública teve um contingenciamento de quase 50% no ano passado. Quase R\$ 2 bilhões deixaram de ser destinados aos estados para a compra de viaturas, fardamento e até combustível — criticou.



No Plenário, senadores devem concluir ainda neste mês votação de projetos relacionados à segurança pública

Senado vai fazer uma sessão destinada só para debater o tema

O Senado deve marcar em breve sessão temática para discutir o problema da segurança pública. O requerimento é de Tasso Jereissati (PSDB-CE) e foi aceito pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira. Na abertura do ano legislativo, na segunda-feira, Eunício já havia apontado a segurança como prioridade do Senado em 2018.

— Esse tema precisa ser colocado para a sociedade brasileira. Tem jeito, sim. Nós temos que tomar providências, porque a democracia não pode ficar inerte nesse jogo em que nós não sabemos o que vai acontecer — afirmou o presidente.

O debate será marcado para após o Carnaval. Logo depois da sessão temática, Eunício de Oliveira pretende fazer uma sessão deliberativa e votar projetos ligados ao tema que estão na pauta.

Requerimento

Ao apresentar o requerimento, Tasso disse que nunca esperou ver cenas como as das duas chacinas ocorridas em janeiro no

Ceará. Ele sugeriu convidar para a sessão os ministros da Justiça e da Defesa e o Secretário Nacional de Segurança Pública, para que esclareçam a situação da segurança.

— É preciso uma explicação porque, para a maior parte da população, passa uma sensação de que no país a questão da segurança está fora de controle. As pessoas estão em pânico — alertou Tasso.

Cortes

Simone Tebet disse que algumas questões referentes aos estados não podem ser resolvidas pelo Senado, mas afirmou esperar que a Casa se concentre nas questões em que pode colaborar. Ela advertiu que os recursos da área de segurança são frequentemente contingenciados.

A aprovação da proposta que proíbe o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) foi cobrada também pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL). O texto está na pauta do

Plenário e já é tratado como prioridade pela Casa. Para Renan, é preciso vincular esses recursos à aplicação na segurança ou o governo sempre vai contingenciar.

— Enquanto perdurar essa crise, essa violência e essa criminalidade, nós precisamos vincular, sim, a utilização dos recursos desse fundo, mesmo que seja temporariamente.

Aécio Neves (PSDB-MG) defendeu a proibição de contingenciamento também para outros fundos ligados à segurança. Ele e Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) lembraram que é importante garantir recursos, mas também é essencial verificar como esses recursos são geridos.

Para Eduardo Braga (PMDB-AM), o Brasil não pode mais se omitir no enfrentamento do problema, que mata mais do que guerras pelo mundo.

— A cada ano estamos testemunhando a morte de aproximadamente 60 mil brasileiros, o que é mais do que vemos em qualquer guerra civil no planeta.

José Agripino (DEM-RN) afirmou ter ouvido dos cidadãos do Rio Grande do Norte que a principal preocupação é a segurança pública. Para ele, os brasileiros estão apavorados com a falta de segurança e de ação dos governos para enfrentar o problema.

Aumento de penas

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse considerar que não adianta mais se concentrar em projetos que aumentem as penas em um país que tem a terceira maior população carcerária do mundo. Para ele, o que inibe o crime é a certeza de punição, não o aumento das penas. Segundo ele, a política econômica do governo só agrava o problema, já que a polícia não tem recursos para trabalhar.

A iniciativa do debate também foi apoiada por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Waldemir Moka (PMDB-MS), Rose de Freitas (PMDB-ES), Ana Amélia (PP-RS), Hélio José (PMDB-DF), Lasier Martins (PSD-RS), João Capiberibe (PSB-AP) e Sérgio Petecão (PSD-AC).

Flexa Ribeiro apoia criação de um sistema unificado de segurança pública no país

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou a sugestão apresentada pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, de criação de um sistema federal unificado de segurança pública. O senador questionou a forma desigual como o problema é enfrentado no país. Segundo ele, depois da Constituição de 1988, de 80% a 85% das ações de segurança são de competência dos estados. À União, resta a repressão aos crimes na região de fronteira, como os tráficos de drogas e de armas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jorge Viana culpa políticas do governo de Michel Temer pela crise na área

O Brasil precisa enfrentar a questão da segurança, disse Jorge Viana (PT-AC) ontem. Na opinião dele, o aumento da violência é consequência do “desastre institucional” em que o país se meteu. Na segunda-feira, Viana afirmou que as políticas do governo Temer alimentam a escalada da violência. Para o senador, o fim de programas sociais e o aumento do desemprego fazem com que os jovens virem presas mais fáceis para facções criminosas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Regina Sousa defende mais recursos para combater a violência crescente no país

Regina Sousa (PT-PI) apontou a necessidade de o país enfrentar o crescimento da violência. Segundo ela, a insegurança já chegou a regiões até então consideradas pacíficas. A senadora disse que todos os tipos de violência têm crescido, do feminicídio às chacinas nas cidades e no campo. Para Regina, é preciso que Senado e Câmara se unam para aprovar propostas que realmente coibam a violência. Uma ideia, segundo ela, é garantir mais dinheiro para a área.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Elber Batalha registra troca de comando em batalhão do Exército em Aracaju

Elber Batalha (PSB-SE) registrou em Plenário sua participação na transmissão de comando do 28º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, em Aracaju. Ele elogiou a atuação do coronel Marco Aurélio de Paula, que passou o comando ao tenente-coronel José Fernandes Carneiro dos Santos Filho. Elber disse que Carneiro estava desempenhando a função de instrutor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro, no Rio de Janeiro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Projeto trata de jogo do bicho, bingo, cassinos e apostas esportivas e não esportivas, nas modalidades on-line e presencial. Arrecadação será dividida entre União, estados e municípios

Legalização de jogos de azar pode ser votada hoje

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) retoma os trabalhos hoje, a partir das 10h, com a análise da legalização dos jogos de azar e reabertura dos cassinos no país. O tema é tratado em projeto de lei (PLS 186/2014) do senador Ciro Nogueira (PP-PI), que autoriza a exploração de jogos de azar on-line ou presenciais, em todo o território nacional.

A proposta recebeu substitutivo do relator, Benedito de Lira (PP-AL), e dois votos em separado, pela rejeição, de Magno Malta (PR-ES) e Randalfe Rodrigues (Rede-AP).

A regulamentação das apostas deverá contemplar jogo do bicho, vídeo-bingo e videogame, jogo de bingo, jogos de cassinos em complexos integrados de lazer, jogos de apostas esportivas e não esportivas e jogos de cassino online. O credenciamento para exploração do jogo de bingo e vídeo-bingo terá prazo de 20 anos, renovável por igual período, e será de responsabilidade dos estados. Já o credenciamento dos cassinos terá validade de 30 anos, podendo ser renovado por sucessivos períodos. Essas regras fazem parte do substitutivo elaborado por Benedito.

Outra iniciativa do relator da CCJ foi prever a inclusão das empresas autorizadas a explorar jogos de azar na Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/1998), obrigando-as a cadastrar os clientes e informar operações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coafi). O substitutivo determina ainda a adoção de providências, pelo Banco Central (BC), no sentido de proibir o uso de instrumentos de pagamento, como cartões de crédito, em jogos de azar online administrados por empresa não-credenciada.

As medidas de controle sobre os estabelecimentos credenciados deverão obrigá-los a promover a identifi-

cação de todos os jogadores que receberem premiações superiores a R\$ 10 mil. Esses dados terão de ser encaminhados ao governo federal.

O substitutivo também estabelece limites mínimo e máximo para multas cobradas por infrações administrativas. A taxa ficará entre R\$ 10 mil e R\$ 500 mil, devendo os valores arrecadados serem aplicados na segurança pública.

Vício

O risco de vício associado à atividade não foi considerado. Foi definida a obrigação de os estabelecimentos que exploram jogos de azar exibirem, com destaque, mensagem alertando para essa possibilidade em caso de prática excessiva.

O governo federal deverá reforçar ainda essa ação com campanhas educativas, voltadas à conscientização da população quanto aos riscos vinculados aos jogos de azar, e incentivo à formação de grupos de apoio. Regras específicas também serão editadas fixando limites e restrições à propagação comercial dos jogos.

Três crimes, com as respectivas penas, foram previstos no substitutivo da CCJ. Quem permitir a participação de menor de 18 anos ou explorar a atividade sem credenciamento terá pena de três meses a um ano de detenção mais multa. Já fraudar, adulterar ou controlar o resultado de jogo de azar ou pagar a premiação em desacordo com a lei vai render de seis meses a dois anos de detenção, mais multa.

Benedito de Lira decidiu aproveitar ainda, em seu substitutivo, sugestão examinada pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN) sobre a nova contribuição a ser gerada pela legalização dos jogos de azar. Segundo ele, esse tributo será devido por quem explorar os jogos de azar e terá alíquota

de 10% ou 20%, em função da oferta do jogo em ambiente físico ou virtual.

Sua base de cálculo deverá ser a receita bruta integral, abatidas as premiações pagas. Quanto ao produto de sua arrecadação, a União deverá repassar 30% a estados e ao Distrito Federal e 30% aos municípios para aplicação obrigatória em saúde, previdência e assistência social.

O relator na CCJ está convencido de que é desejável a regulamentação do jogo de azar no Brasil e citou a “situação orçamentária gravíssima” enfrentada pelos entes da Federação para reforçar a defesa do projeto.

Para Ciro Nogueira, na justificativa ao projeto, “é preciso deixar o discurso demagógico de lado e agir com coerência e responsabilidade diante de um fato social irreversível: a prática de jogos de azar.” A legislação proibitiva não alterou o cenário de ilegalidade do jogo no Brasil, que movimenta anualmente em apostas clandestinas mais de R\$ 18 bilhões com o jogo do bicho, bingos, caça-níqueis e apostas esportivas, i-Gaming e pôquer pela internet.”

Já Magno Malta, em seu voto pela rejeição, conclui que “não há motivos nem argumentos que demonstrem que legalizar a exploração dos jogos de azar no Brasil é decisão acertada”. Malta alerta para a especial vulnerabilidade de idosos frente à jogatina.

Em outro voto pela rejeição, Randalfe Rodrigues sustenta que a exploração de jogos de azar incentiva a lavagem de dinheiro, tem “nefasto” impacto psíquico e sociofamiliar sobre o jogador contumaz e não deverá produzir aumento de receita tributária nem fomentar o turismo no Brasil.

Se o substitutivo ao PLS 186/2014 for aprovado, deverá ser submetido a turno suplementar de deliberação na CCJ.



Pedro Franco/Agência Senado

Para Eduardo Braga, a cobrança por malas está prejudicando os brasileiros

Braga pede à Câmara que vote projeto sobre bagagem aérea

O presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), senador Eduardo Braga (PMDB-AM), fez ontem um apelo ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para que coloque em votação um projeto de decreto legislativo já aprovado pelo Senado que proíbe a cobrança por bagagens despachadas (PDS 89/2016).

— Esse é um tema que efetivamente está prejudicando todos os brasileiros, o custo de malas. E agora não só nós temos a questão com relação à bagagem de mão, às malas adicionais, mas reduziram o peso das malas que estão dentro da cota da passagem, da franquia da passagem que você paga — disse Braga.

A CI aprovou requerimento para ouvir a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e as companhias aéreas sobre os preços praticados desde junho do ano passado, quando foi autorizada a cobrança por mala com mais de 10 kg.

Segundo Jorge Viana (PT-AC), autor do requerimento, o preço das tarifas tem subido desde então.

— O que nós temos agora, esparramado no noticiário? Que aumentou agora o custo das malas, aumentou o preço da passagem, e as melhorias não vieram, inclusive com problemas, porque agora as pessoas não conseguem aco-

modar as malas na parte de cima, dentro da aeronave, e o voo atrasa por isso. E é fato concreto: eu, que viajo toda semana, vivo isso.

A CI também aprovou requerimento para ouvir o Ministério de Minas e Energia e a Secretaria-Geral da Presidência da República sobre as concessões e privatizações anunciadas como parte do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), como a privatização da Eletrobras e o leilão de aeroportos, rodovias e portos.

Segurança

Anunciada pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, como prioridade para 2018, a segurança pública foi outro tema debatido na reunião de ontem. Eduardo Braga e outros senadores da CI elogiaram a iniciativa de Eunício.

— Acho que todos nós, senadores, cada um em seu estado e na visão geral do Brasil, estamos convencidos de que a questão da segurança pública entrou naquelas que são prioridade e principal preocupação. E acho que chegou em boa hora uma colocação levantada pelo presidente Eunício de que o Brasil precisa criar um sistema integrado e único de segurança pública, a exemplo do que fizemos com a saúde e com a educação — ressaltou Braga.

Hélio José: queda de viaduto mostra Brasília abandonada

Hélio José (Pros-DF) disse ter ficado surpreso com a queda ontem de um viaduto na área central de Brasília, considerando que a capital do país tem apenas 57 anos de idade. Para ele, Brasília está abandonada.

O senador ressaltou que o acidente poderia ter causado uma tragédia, já que na hora do desabamento o local costuma ter grande movimento de pessoas e ainda listou outros incidentes similares nos últimos dias, como a queda do teto da garagem de um prédio, que atingiu 25 carros.

Lídice elogia governo baiano por garantir Carnaval em 23 cidades

Lídice da Mata (PSB-BA) elogiou o governo da Bahia por garantir o Carnaval de Salvador e de mais 22 cidades do interior do estado. Segundo ela, a Revolta dos Búzios, ou Revolta dos Alfaiates, será o tema da decoração das ruas da capital do estado.

Para Lídice, o Carnaval baiano, além de festa e alegria, representa a resistência cultural e o combate às discriminações de todo tipo.

— Os blocos afro-baianos têm tido uma marca histórica da resistência ao racismo na organização do Carnaval.



Leonardo Sá

Cassino em Vinã del Mar, Chile: segundo Ciro Nogueira, o jogo é legal em 75% dos países-membros da ONU

Plenário aprova indicação de advogada para o Cade

Na sabatina, Paula Silveira defendeu que Cade e Banco Central fiscalizem juntos atos de concentração que envolvam instituições bancárias

O PLENÁRIO APROVOU ontem a indicação da advogada Paula Farani de Azevedo Silveira para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Foram 58 votos favoráveis, 8 contrários e 1 abstenção.

— É uma pessoa guerreira e comprometida com uma sociedade mais justa. Sua indicação orgulha a todos — disse o senador Hélio José (PMDB-DF).

Em 2007 e 2008, Paula Silveira foi coordenadora-geral de Análise de Infrações nos Setores de Agricultura e Indústria da Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça. Nos últimos anos, atuou em escritórios privados de advocacia, com trabalho relacionado ao comércio exterior e à defesa da concorrência.

Ontem mesmo, mais cedo, a advogada havia sido sabatinada e aprovada por unanimidade pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator da indicação, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a elogiou:

— O Cade receberá um membro altamente capacitado, com todas as credenciais técnicas, históricas e de comportamento. O conflito de competências entre o Cade e o Banco Central para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica por atos de concentração que envolvam bancos foi um dos principais pontos da sabatina, levantado por senadores como Lídice da Mata, (PSB-BA), Fernando Bezerra



Paula Silveira fala na sabatina, observada pelos senadores Tasso e Garibaldi

Coelho (PMDB-PE), Armando Monteiro (PSB-PE) e Sérgio de Castro (PDT-ES).

Paula Silveira defendeu a fiscalização compartilhada, posição também defendida pelo Cade. Ela explicou que o conflito ocorre pelo fato de o BC acreditar que a competência é somente sua.

Em análise na comissão, o PLS 350/2015 – Complementar, do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), põe fim à disputa, definindo claramente o que compete a cada órgão.

Balcão único

A indicada explicou que o BC é o responsável por garantir a saúde e o aperfeiçoamento do sistema financeiro e também a liquidez e a estabilidade econômica do país. O Cade, disse ela, tem como missão defender o princípio constitucional da livre concorrência.

Por isso, ela disse que é responsabilidade do Cade também atuar em concentrações que facilitem a elevação dos juros cobrados por bancos e afetem o cidadão.

— Quanto mais concorrência conseguirmos no mercado, quanto mais cultura de concor-

rência, menor será o número de infrações da ordem econômica que teremos. É isto o que eu pretendo fazer no Cade: ajudar a aumentar a concorrência.

Respondendo ao senador Pedro Chaves (PSC-MS), a sabatinada também falou sobre a proposta de um balcão único para negociação de acordos de leniência (celebrados quando uma empresa participante de cartel denuncia a prática, aponta os demais envolvidos e se compromete a ajudar nas investigações em troca da extinção ou da redução de sua pena). Hoje, vários órgãos, como o Ministério Público, a Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União, têm competência para firmar acordos.

— Um balcão único me parece eficiente do ponto de vista da empresa, mas é importante levar em consideração que cada órgão vai analisar o mesmo fato de pontos de vista diferentes: o Cade, as infrações à ordem econômica; o TCU, os atos de improbidade administrativa; e a CGU, as infrações à lei anticorrupção. Ao mesmo tempo, tudo tem que ser analisado com o Ministério Público.

Avança MP que amplia programa de microcrédito

A comissão especial mista que analisa a medida provisória que amplia o programa de microcrédito (MP 802/2017) aprovou ontem o relatório do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ). A MP agora segue para a análise da Câmara.

— Essa MP é muito importante para o pequeno empreendedor. Construimos um texto que abre portas e janelas. Assim, a rede bancária pode levar crédito para quem está na ponta, promovendo mais qualidade de vida — declarou Otávio Leite.

O presidente da comissão, senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), classificou o trabalho do relator como dedicado e efetivo. Para o deputado João Paulo Kleinübing (PSD-SC), o programa ainda tem muito espaço para crescer e tem mudado a vida de muitas pessoas e empresas. Já o senador Armando Monteiro (PTB-PE), relator-revisor da proposta, disse que a MP tem o mérito de simplificar os processos e ampliar o acesso ao crédito:

— O Brasil precisa promover uma expansão significativa do apoio ao microempreendedor.

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído em 2005, no primeiro mandato

do ex-presidente Lula, tem o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares. A MP aumentou de R\$ 120 mil para R\$ 200 mil o limite de renda ou receita bruta anual para enquadramento de pessoas físicas e jurídicas.

O texto também acrescenta às fontes de financiamento do programa recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE). Antes da MP, os financiamentos de microcrédito eram concedidos apenas com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e de 2% dos depósitos compulsórios à vista no Banco Central, a chamada exigibilidade.

A MP ainda cria um conselho consultivo composto por representantes de órgãos e entidades da União para propor ações de fortalecimento e expansão do programa. O relator também acatou emendas segundo as quais a exigência de garantias por parte das entidades autorizadas a operar no PNMPO deixa de ser uma condição necessária para que se firmem operações com os beneficiários. O objetivo é simplificar e modernizar a concessão de crédito.



Relator, Otavio Leite fala ao lado do presidente da comissão, Bezerra

Vai a Plenário proposta que garante efetiva prioridade a saúde e educação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem uma proposta para garantir efetiva prioridade aos gastos com saúde e educação na execução orçamentária dos entes federativos. O PLS 329/2017 — Complementar, que passará por votação final em Plenário em regime de urgência, foi apresentado por Rose de Freitas (PMDB-ES).

A senadora alega que a Constituição estabelece, de modo expresso, que a saúde e a educação são “direito de todos e dever do Estado”. Além disso, define patamares mínimos das receitas públicas que devem ser aplicadas em cada uma dessas áreas. Contudo, observou, apesar dessas garantias, são frequentes os casos de ações de saúde e educação

que são comprometidos pelo atraso no repasse de recursos.

— Em qualquer quadro, de crise ou não, saúde e educação devem ter prioridade absoluta na execução orçamentária, e isso não acontece em governo nenhum. Programas nessas áreas costumam ser prejudicados e até paralisados, ao



Rose alega que primazia às áreas é determinada pela Constituição

mesmo tempo em que programas de menor relevância são mantidos — afirmou Rose, durante a discussão do texto.

Segundo ela, hoje há uma lacuna legislativa que precisa ser sanada. O projeto tenta resolver o problema, propondo mudança na Lei 4.320/1964, que contém regras de direito

financeiro para a elaboração dos orçamentos e balanços da União, estados, municípios e do Distrito Federal.

Assim, fica estipulado que, ao aprovar o quadro de cotas trimestrais da despesa de cada unidade orçamentária, a administração deverá priorizar as despesas para serviços públicos de saúde e educação, de forma a garantir a observação dos limites constitucionais.

Corte

O resultado disso, segundo o relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), é que, não havendo recursos para cobrir todas as despesas obrigatórias, a prioridade recairá sobre ações e serviços de educação e saúde. E, em uma eventual situação em que as despesas obrigató-

rias superem a arrecadação, educação e saúde serão as últimas áreas cortadas.

O relator concluiu que a alteração no marco legal no sentido proposto é “bem-vinda, pois ajudará a equacionar esse grave problema”.

Anac

Os senadores aprovaram a participação da CAE na audiência a ser realizada pela Comissão de Infraestrutura (CI) sobre a resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que permitiu cobrar pela bagagem despachada.

A decisão foi dada pela Anac a pedido das empresas sob o argumento de que seria possível baratear os bilhetes, o que, segundo os senadores, não ocorreu.

Plenário avalia fim de imposto sobre remédios

Proposta de emenda à Constituição proíbe cobrança de tributos federais e de taxas sobre medicamentos de uso humano. Adoção das medidas seria gradual, prevê texto

O PLENÁRIO DO Senado está pronto para fazer a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que proíbe a cobrança de impostos federais sobre medicamentos de uso humano.

Apesar de a proposta ter recebido parecer pela rejeição na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), um recurso apresentado em Plenário pelo autor, o senador Paulo Bauer (PSDB-SC), permitiu a continuidade da tramitação.

A PEC 115/2011 havia recebido parecer favorável, na forma de substitutivo, do relator na CCJ — o senador Luiz Henrique (PMDB-SC), que morreu em 2015. Durante a votação na comissão, porém, acabou prevalecendo parecer alternativo, contrário à iniciativa, capitaneado por Gleisi Hoffmann (PT-PR). Ela apontou inconstitucionalidade no texto. Como a rejeição da proposta não teve o apoio unânime da CCJ, Bauer decidiu apresentar recurso e levar a decisão ao Plenário.

Em 2017, entretanto, a CCJ aprovou outra proposta tratando do mesmo tema e prevendo que todos os medicamentos de uso humano poderão ficar isentos de impostos. É a PEC 2/2015, do senador Reguffe (sem partido-DF), que seguiu para exame em Plenário, onde passará por discussão e votação em dois turnos.

Ao defender a rejeição da PEC 115/2011 — contrária aos interesses do



Preço de medicamentos pode ser reduzido com isenção de tributos, defende autor do texto

governo federal na época da votação na CCJ, em 2014 —, Gleisi ponderou que a redução de carga tributária prevista resultaria em impacto negativo sobre os orçamentos estaduais e municipais. Isso ocorreria tanto pela redução da arrecadação de IPI nas localidades que sediam indústrias farmacêuticas quanto pela queda nos repasses dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

— Não sou contra a redução de tributos sobre medicamentos e não sou contra a redução do preço de medicamentos, mas não podemos solucionar o problema criando um problema maior — argumentou a senadora na época.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) concordou com as ponderações. E atribuiu o elevado preço dos medicamentos ao monopólio assegurado

pela lei de patentes.

Em defesa da proposta, Bauer observou, na ocasião, que a Constituição isentou de impostos partidos políticos, igreja, jornais e revistas.

— Ora, se nós não pagamos imposto por pensamento ideológico, por informação e por fé, por que vamos pagar pela dor? A falta de saúde produz dor e a dor só se cura com medicamentos.

Carga tributária

Para o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), apoiador da iniciativa, o preço elevado dos remédios se deve à alta carga tributária. No Brasil, estaria na casa dos 34%, contra média mundial em torno de 6%, conforme assinalou.

De acordo com o substitutivo de Luiz Henrique, as contribuições e os impostos federais — exceto o de impor-

tação — e as taxas cobradas por União, estados, Distrito Federal e municípios em razão do poder de polícia (taxas sanitárias, alvarás e licenças de funcionamento, entre outras) deixariam de incidir sobre os medicamentos.

Esse parecer prevê ainda a adoção gradual da imunidade tributária. Assim, a incidência de contribuições federais e taxas seria reduzida aos poucos, em 20% ao ano, até ser extinta no quinto ano após a promulgação da emenda constitucional.

Idas e vindas

Por tratar de assunto controverso, a PEC 115/2011 já passou por muitas idas e vindas em sua tramitação no Senado. A proposta já havia sido aprovada pela CCJ em 2012 e aguardava votação pelo Plenário do Senado quando, em 2013, o ex-senador Francisco Dornelles (PP-RJ) solicitou reexame pela comissão. A motivação foi a entrada em vigor da Lei Complementar 143/2013, que reformulou a divisão dos recursos do FPE.

Originalmente, Bauer pretendia instituir imunidade de impostos federais, estaduais e municipais sobre os medicamentos de uso humano. Mas, com o reexame da matéria pela CCJ, o autor decidiu modificar a PEC e restringir o alcance da isenção, mudança que foi encampada por Luiz Henrique.

Se conseguir passar por dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado, a proposta será enviada, em seguida, à Câmara dos Deputados.

Pena para calúnia com fim eleitoral pode aumentar

Acusar injustamente um candidato a cargo político, com o objetivo de afetar a sua candidatura, poderá se tornar crime de “denúncia caluniosa com finalidade eleitoral”, com pena de dois a oito anos de prisão e multa. A nova tipificação criminal está prevista no PLC 43/2014, que aguarda votação no Plenário.

As medidas previstas no projeto se aplicam a quem fizer acusações formais a autoridades contra algum candidato para influenciar a vontade popular.

O relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Acir Gurgacz (PDT-RO), argumentou que o

projeto enriquece o processo eleitoral, por combater “atitudes rasteiras e abomináveis” que afetam negativamente a opinião pública.

O autor da proposta, deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), afirma que o crime de que trata o projeto é “mesquinho e leviano”, pois poderia impedir o acesso de alguém a um cargo público. Por essa razão, diz que o delito deve receber uma pena adequada.

A legislação atual pune o crime de calúnia eleitoral com penas alternativas e, eventualmente, sursis (suspensão condicional).

Pelo projeto, a pena de dois a oito anos pode aumentar

em um sexto caso o autor do crime utilize nome falso ou faça denúncia anônima.

A pena de reclusão poderá ser reduzida pela metade se o autor acusar o candidato inocente de infrações leves (contravenções).

Quem estiver ciente da inocência de um candidato e divulgar o conteúdo de acusações, por qualquer meio e com finalidade eleitoral, também estará sujeito às penalidades estabelecidas no projeto.

Ainda que seja aprovado agora, o projeto não valerá para as eleições deste ano. O prazo para que alterações legais valham no próximo pleito venceu em outubro.

Senadores votarão fim de prisão especial para juiz e procurador

O Plenário deve analisar um projeto de lei que extingue a prisão especial para juízes e membros do Ministério Público. O PLS 151/2009 — Complementar acaba com a reclusão diferenciada para essas autoridades.

O projeto revoga dispositivos da Lei Orgânica da Magistratura e da Lei Estatutária do Ministério Público que garantem aos juízes e procuradores a prerrogativa de ficarem recolhidos em dependências especiais quando forem sujeitos a prisão antes do julgamento definitivo. Os membros do MP também têm hoje

a garantia de ficar em ala separada do presídio onde estejam cumprindo pena. Essa garantia também é revogada pelo projeto de lei.

O autor do projeto é o ex-senador Marcelo Crivella, que classifica essas prerrogativas como “resquício indesejável” de uma cultura social “discriminatória” que privilegia títulos e status em detrimento da igualdade entre os cidadãos.

O relator da proposta, ex-senador Demóstenes Torres, acrescentou emenda que exclui as hipóteses de prisão especial do Código de Processo Penal Militar.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão reconhece luta de duas mulheres negras contra a escravidão

Projeto que segue para o Plenário inscreve os nomes das abolicionistas Luísa Mahin e Dandara dos Palmares no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*

A COMISSÃO DE Educação e Cultura (CE) aprovou ontem um projeto de lei que inscreve no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria* os nomes de duas lideranças femininas negras que lutaram contra a escravidão no país: Dandara dos Palmares e Luísa Mahin.

O *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria* é um livro com páginas de aço, guardado no Panteão da Pátria Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Nele são inscritos os nomes de pessoas que tiveram atuação heroica na história do país.

O projeto (PLC 55/2017) segue agora para o Plenário do Senado.

Guerreiras

Não existem registros sobre o local e data de nascimento de Dandara. No entanto, sabe-se que ela esteve à frente na luta contra a escravidão ao lado do esposo, Zumbi, no Quilombo dos Palmares.

A causa de sua morte, em fevereiro de 1694, é controversa. Alguns pesquisadores acreditam que Dandara foi assassinada pelo exército



Ao lado do senador Pedro Chaves, Lídice apresenta relatório favorável

português, enquanto outros afirmam que ela teria se suicidado para não voltar a ser escravizada.

Luísa Mahin, mãe do poeta e advogado abolicionista Luiz Gama, também tem origem incerta. Segundo relatos do poeta, ela teria nascido por volta de 1812, onde hoje é Benin. Luísa esteve envolvida diretamente nas revoltas de escravos na Bahia nas primeiras décadas do século 19.

Reparação

A autora do projeto, deputada licenciada Tia Eron (PRB-BA), argumenta que inscrever os nomes dessas duas mulheres negras — ícones da luta pela abolição da escravatura — no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, ao lado de Zumbi, tem imenso valor simbólico de reparação e de reafirmação negra e feminina.

A relatora da proposta na comissão, Lídice da Mata (PSB-BA), apresentou parecer favorável. A senadora afirma que, apesar de a vida das homenageadas pelo projeto misturar “realidade e ficção”, é notória a contribuição das duas mulheres na defesa da liberdade dos negros no Brasil. “Trata-se de figuras icônicas, símbolos da força e da luta da mulher negra”, diz a relatora.

Lídice apresentou apenas uma emenda de redação ao texto para corrigir o nome de *Livro dos Heróis da Pátria* para *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*. Tal alteração ocorreu por conta da Lei 13.433/2017, que modificou o nome da homenagem.

Capital da Maçã

A Comissão de Educação e Cultura também aprovou ontem um projeto que confere

ao município de São Joaquim, em Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Maçã. A proposta (PLC 49/2017) segue para análise do Plenário do Senado.

Com 26 mil habitantes e localizada a 200 quilômetros de Florianópolis, São Joaquim é responsável por cerca de 20% das maçãs produzidas no país.

De acordo com o relator do projeto, Dário Berger (PMDB-SC), o município seria atualmente o maior produtor de maçãs do Brasil. A produção da fruta, segundo o senador, movimenta mais de 50% da economia da cidade e envolve desde pequenos produtores até grandes empresas.

A alta produção é possível pelas boas condições climáticas e do solo próprio para obter umas das melhores maçãs do mundo, diz Dário. No relatório, o senador cita a altitude e o frio intenso da região como fatores que contribuem para produção de maçãs com formato, coloração e sabor apropriados.

Pelo valor econômico e cultural que a produção da fruta traz à cidade, Dário afirmou ser justa a iniciativa de conferir oficialmente a São Joaquim o título “que já foi consagrado informalmente pelos brasileiros”.

Desde 1952 ocorre na cidade, em outubro, a Festa Nacional da Maçã.

Ana Amélia critica PT por atacar juizes e membros do MP

Ana Amélia (PP-RS) criticou os integrantes do PT por classificarem como golpe a condenação do ex-presidente Lula pela Tribunal Regional Federal da 4ª Região e desrespeitarem membros do Ministério Público. Segundo a senadora, por estarmos em uma democracia, pode-se até discordar das decisões de um juiz, mas jamais desacatar sua autoridade.

— Quando a gente perde a argumentação pra dizer que o réu é inocente, você aplica a narrativa “é golpe, é fraude, é perseguição”. Mas isso a sociedade está vendo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Telmário quer apoio para Roraima receber venezuelanos

Telmário Mota (PTB-RR) criticou decreto que criou o documento provisório de registro nacional migratório para identificação de solicitante de refúgio, que beneficia os venezuelanos que chegam.

A partir de agora, disse, os venezuelanos que chegam ao Brasil por Roraima poderão ter carteira de trabalho, abrir conta em bancos, ter CPF e acesso aos mecanismos de inclusão social. O senador argumentou que Roraima recebe diariamente de 500 a 700 venezuelanos e que o estado não consegue acolher esse contingente sem apoio financeiro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Imigrantes já são 10% e causam caos em Boa Vista, lamenta Angela

Ângela Portela (PTB-RR) disse ontem que o governo federal é omissivo com relação à chegada de milhares de venezuelanos a Roraima. Ela informou que a quantidade de imigrantes já supera em 10% a população de Boa Vista, o que vem causando um caos nos serviços públicos.

— A responsabilidade por essa situação não é de Roraima e de seu povo. Pela Constituição, essa responsabilidade cabe ao governo federal, que até agora só tomou medidas tímidas e insuficientes para ajudar o nosso estado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Comissão discute regulamentação da atividade de cuidador de idoso

A regulamentação da profissão de cuidador de idoso é um dos itens da pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que fará sua primeira reunião de 2018 hoje às 9h.

O PLC 11/2016 é do deputado Felipe Bornier (Pros-RJ) e diz respeito aos cuidadores de crianças, de pessoas com deficiência e com doença rara.

Pela proposta, quando o cuidador for empregado por pessoa física, para trabalho por mais de dois dias na se-

mana, atuando no domicílio ou no acompanhamento de atividades da pessoa cuidada, terá contrato regido pelas mesmas regras dos empregados domésticos. Se forem contratados por empresas especializadas estarão vinculados às normas gerais de trabalho.

O relator é Elmano Férrer (PMDB-PI), que é a favor da iniciativa, por se tratar de atividade cada vez mais necessárias. Segundo ele, com

a regulamentação milhões de trabalhadores poderão sair da informalidade.

Outras profissões

Outros três projetos de regulamentação de profissão estão na pauta da CAS. Dois tiveram votos favoráveis dos relatores: o PLS 292/2014, sobre a atividade de despachante documentalista, e o PLS 328/2015, sobre educador social.

Já o PLS 185/2014, sobre o gestor de serviços de saúde,

recebeu voto contrário de Valdir Raupp (PMDB-RO).

“Apesar de existirem alguns poucos cursos de formação superior na área, além de especialização e programas de mestrado e doutorado, a capacitação do gestor de serviços de saúde ainda ocorre principalmente em serviço. Trata-se de um campo do saber cuja sistematização é recente e incompleta, que ainda busca sua identidade própria”, alega o senador.

Novo vídeo do Orçamento Fácil explica o que são restos a pagar

Despesas públicas que não têm todas as fases executadas em um ano (no mesmo exercício financeiro) geram restos a pagar. Explicar melhor esse processo é o objetivo do novo vídeo do Orçamento Fácil, projeto desenvolvido em parceria entre a Consultoria de Orçamento e a Secretaria Agência e Jornal do Senado. O canal no YouTube traz, desde 2013, em animação e com linguagem acessível, temas orçamentários explicados de forma didática.

Os restos a pagar, um dos temas dentro da despesa pública (abordada em outro vídeo do Orçamento Fácil), são o mecanismo que permite “salvar” autorizações de gastos de anos anteriores, como explica a consultora de Orçamento do Senado Rita Santos. Ela adverte, porém, que o mecanismo previsto em lei vem sendo usado em excesso devido a diversos problemas.

— Essa questão compromete o trabalho de planejamento

feito para o Orçamento do ano atual, que traz autorizações de gastos do passado, inviabilizando o que está previsto para o presente. O Orçamento se torna então uma peça de ficção que não pode ser executada, pois há um limite de gastos por ano.

Também consultor de Orçamento, Orlando Cavalcante ressalta a importância de mostrar ao cidadão que as despesas executadas em um ano contêm outras de anos anteriores, que são os restos a pagar. Ele aponta

que, no vídeo, o bonequinho que representa o Orçamento aparece sobrecarregado justamente para fazer a advertência.

— Muitas pessoas não sabem que o Orçamento é comprometido por despesas de anos anteriores.

O novo vídeo traz ainda instruções para consultas sobre o Orçamento federal no Portal do Senado.

Veja o novo vídeo: <http://bit.ly/restosapagar>

Para Eunício, privilégios destroem a Previdência

Presidente do Senado afirmou que proposta que modifica sistema previdenciário, atualmente sendo analisada pelos deputados, não será votada na Casa sem ser discutida e emendada pelos senadores

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, defendeu ontem que os “privilégios têm que ser retirados não só da Previdência”, mas de todos os lugares, inclusive no Senado, se nele existirem. Segundo ele, quem destrói a Previdência e as instituições são os privilégios.

Eunício ressaltou que o Senado deu o exemplo no ano passado, ao devolver mais de 20% de seu orçamento à União.

— Aqui ninguém ganha acima do teto e já é muito ganhar no teto. Devolvemos os recursos ao Tesouro para serem aplicados nas áreas que mais precisam — afirmou.

O senador explicou ainda que o Senado não pode ser cobrado a votar a reforma da Previdência com rapidez, pois a proposta está na Câmara há um ano e dois meses.

— Difícil é convencer os

senadores que [a proposta] chegue aqui de manhã e seja aprovada no mesmo dia sem discussão. Não posso tirar o direito legítimo dos senadores de discutir, debater e emendar. Não quero patrocinar esse tipo de comportamento. Matéria da Previdência não é matéria da Câmara. É das duas Casas e será votada separadamente — garantiu.

Questionado sobre a possibi-



João de Araújo/Agência Senado

Eunício diz que não patrocina votação açodada da reforma previdenciária

lidade de colocar em votação a proposta que acaba com o auxílio-moradia nos três Poderes (PEC 41/2017), do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Eunício disse que “obedece

aos mandamentos dos líderes”.

— Não tenho dificuldade de pautar matéria alguma que esteja tramitando no Senado. Se os líderes encaminharem essa matéria, posso pautar. O Plenário é soberano — disse.

Reforma é inconstitucional, dizem participantes de audiência pública

Para participantes de audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem, a reforma é inconstitucional. A audiência debateu o relatório final da CPI da Previdência.

O objetivo da discussão, sustentou o presidente da CPI, Paulo Paim (PT-RS), foi deixar claro o posicionamento contrário da comissão de inquérito à proposta do governo, com base nos dados

levantados pelos senadores.

O relator, Hélio José (Pros-DF), disse que a finalidade da CPI sempre foi expor a verdade “do a quem doer” sobre o déficit do setor.

— Comprovamos que as contas [do governo] estavam em bases erradas.

De acordo com Mauro Silva, da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Anfip), a reforma tem “DNA inconstitucional”. Ele susten-

tou que nenhum direito social poderia ser retirado, pois o governo não fez sua parte.

A inconstitucionalidade da reforma também foi defendida pela senadora Fátima Bezerra (PT-RN). Para ela, a proposta faz parte de um esforço do governo para “desmontar a Constituição de 88”.

O presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva, chamou a atenção para o

crime de apropriação indébita previdenciária, quando o empregador deixa de repassar à Previdência as contribuições recolhidas dos empregados.

— Em todos os anos, cerca de R\$ 30 bilhões são apropriados de forma indevida.

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, disse que é mais óbvio cobrar as grandes empresas devedoras, para não ser preciso penalizar o trabalhador. Contudo, avaliou, a PEC segue o raciocínio oposto, de “cortar do pequeno para assegurar ao grande”.

Para o vice-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Antônio José de Carvalho Araújo, o aumento dos anos de trabalho é o maior problema da proposta do governo.

Segurança pública

O presidente do Senado esclareceu ainda que a pauta da segurança pública é uma questão do país, desde o Acre até o Rio Grande do Sul. Ele afirmou que esse assunto tem que ser destravado no Congresso Nacional.

— As pautas corporativas têm muito lobby e pressão aqui. Já as [pautas] de interesse da sociedade não têm muita gente aqui pressionando. É nosso papel ouvir as ruas e trazer a pauta para o Congresso — declarou.

Em relação à pauta de microeconomia, Eunício lembrou que ela não é nova e que o Senado está dando continuidade às discussões e votações iniciadas no ano passado. Os projetos que tratam da agenda microeconômica estão na lista de votações do Plenário do Senado e “não é por ser ano eleitoral, mas por ser um compromisso com a sociedade”, argumentou.



Paim (4º à esq.), que presidiu a CPI da Previdência, e Hélio José (D), relator do colegiado, coordenam debate



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa diz que deputados não votarão mudanças na Previdência

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) não acredita que a reforma da Previdência seja votada na Câmara dos Deputados antes das eleições. Ela argumenta que os deputados temem perder os votos ao apoiar uma proposta tão polêmica.

Vanessa também destacou que a mensagem de Michel Temer ao Congresso foi uma peça de ficção. Na opinião dela, a avaliação do ano de 2017 feita pelo presidente destoa da realidade.

Gleisi: oposição obstruirá votação da reforma previdenciária

Gleisi Hoffmann (PT-PR) registrou a realização de um ato na Câmara dos Deputados contra a reforma da Previdência ontem. Ela afirmou que a oposição vai obstruir qualquer tentativa de votação da proposta.

— Essa reforma coloca a igualdade para todo mundo: não importa se é peão ou se é doutor, não importa se trabalha no ar condicionado ou se trabalha no calorão, no sol, na chuva, vai ser a mesma idade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Collor anuncia pré-candidatura à Presidência da República

Fernando Collor (PTC-AL) anunciou sua pré-candidatura à Presidência da República. Ele disse ter convicção sobre o melhor rumo para o Brasil.

— É essa maturidade adquirida em quase 40 anos de vida pública, aliada a todas as agruras e obstáculos por que passei, que me fizeram compreender que na política a menor distância entre dois pontos é a que oferece menor resistência.

Regina Sousa garante que Lula será candidato a presidente

Regina Sousa (PT-PI) afirmou que a condenação do ex-presidente Lula pelo Tribunal Regional Federal da 4ª região não foi baseada em provas. Regina disse que o processo contra Lula “passou na frente” de outros 200 e avaliou que a condenação foi “premeditada” para impedir que Lula concorresse nas eleições de 2018, já que ele lidera as pesquisas. A senadora garantiu que Lula será candidato a presidente.

— Não tem plano B, nós vamos de Lula, vamos mobilizar o povo. Condenaram o Lula sem provas. Cadê as provas? Não tem uma prova sequer contra Lula — disse.



Roque de Sá/Agência Senado

Lindbergh Farias diz que haverá resistência maciça à prisão de Lula

Lindbergh Farias (PT-RJ) previu ontem uma resistência maciça do povo em caso de prisão ou de impedimento da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ele considera vítima de uma “farsa” contrária ao pacto democrático. Na avaliação de Lindbergh, a “caçada” a Lula é um ataque ao povo trabalhador brasileiro e um sinal do desespero das elites diante da iminente vitória eleitoral do petista.

Para Fátima, condenação de ex-presidente foi violência judicial

Fátima Bezerra (PT-RN) classificou de injusta a condenação de Lula pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Diante do que ela chamou de violência judicial, o PT decidiu reafirmar a pré-candidatura de Lula ao Planalto nas eleições deste ano.

— Diante da ameaça do que Lula representa ao programa do golpe, apela-se para o sequestro da soberania popular, para uma eleição controlada.



Waldemir Barreto/Agência Senado